



Observatório da Oposição

18 DE MARÇO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 41

**Legado da direita,
autonomia do
Banco Central
tem sucesso
reconhecido
com prêmio
de melhor
BC do mundo**



SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221



DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

2

POLÍTICA

3

TRABALHO

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



ECONOMIA

Legado da direita, autonomia do BC tem sucesso reconhecido com prêmio de melhor Banco Central do mundo

Indicado à presidência do BC pelo governo Bolsonaro, Campos Neto mantém inflação sob controle mesmo em cenário adverso; publicação internacional destaca autonomia da autoridade monetária brasileira, além da transparência, comunicação digital e compromisso climático

- Desde o início do governo Lula, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, vem sofrendo ataques pela gestão da política monetária.
- Recentemente, Lula disparou outro ataque em entrevista no SBT ao afirmar que:

“Não tem nenhuma explicação os juros da taxa Selic estarem a 11,25%. Não existe nenhuma explicação econômica, nenhuma explicação inflacionária. Não existe nada a não ser a teimosia do presidente do Banco Central em manter essa taxa de juros.”

- Lula omite o fato de que a decisão da taxa básica de juros é feita pelo Copom, comitê em que o presidente Roberto Campos Neto tem apenas um voto - o próprio. Na realidade, a votação pela redução de 0,5p.p na taxa de juros na última reunião do Copom veio de todos os votantes, inclusive os indicados por Lula.
- As críticas à gestão da política monetária também são infundadas. Em junho de 2023, o FMI elogiou a resposta do Banco Central brasileiro à inflação. Enquanto se observou uma elevação generalizada de preços em diversas economias desenvolvidas, o Brasil conseguiu manter a inflação controlada com a gestão monetária.



- A boa gestão na instituição rendeu quatro prêmios ao presidente Roberto Campos Neto.
 - Em 2020, o presidente recebeu o prêmio Central Banker of the Year pela revista The Banker nas categorias “Americas” e “Global”.
 - Entre 2021 e 2022, recebeu o prêmio Central Banker Governor of the Year Awards, pelo sucesso em lidar com a inflação em um cenário que combinou a pandemia do Coronavírus, a guerra na Ucrânia e o aperto financeiro global.
 - Em 2023, recebeu novamente o prêmio Central Banker Governor of the Year Awards por ter auxiliado no “pouso suave” da economia brasileira.
 - Um dia após a crítica de Lula em entrevista ao SBT (11/03), o Banco Central sob Campos Neto recebeu o prêmio de Banco Central do Ano pela publicação Central Banking, como reconhecimento pela execução exemplar do mandato “apesar de pressões externas”.
- Isso revela apenas que o desejo do governo é usar o Banco Central do Brasil para fins políticos, assim como sinalizou querer fazer com a Petrobras, Vale e Eletrobras. Isso só mostra a importância de se manter a autonomia da instituição.



POLÍTICA

Manobra de Lula para turbinar Novo PAC provoca perda de R\$ 55 bi na Petrobras

Petista interveio na estatal adiando distribuição de dividendos, medida que causou queda de 10% no valor de mercado da empresa em um único dia; intenção é canalizar recursos indevidamente para investimentos em programa de obras

Síntese

- Presidente Lula interveio na Petrobras, adiando dividendos, com a intenção de direcionar indevidamente recursos para investimentos no Novo PAC.
- Dentre os possíveis usos mencionados pelo presidente está o investimento em navios e sondas, ironicamente, semanas após a declaração de falência da Sete Brasil, iniciativa análoga fomentada pelo governo que redundou em um dos maiores escândalos de corrupção da história brasileira.



- A decisão de reter dividendos levou a uma queda de mais de 10% no valor de mercado da Petrobras, uma perda de aproximadamente R\$ 55 bilhões.
- Avaliamos a ocorrência de caso de abuso de poder por parte do governo, configurado pela interferência indevida na gestão da estatal, que aumenta o risco político e afasta novos investimentos.
- Por fim, destaca-se solicitação de investigação pela CVM devido a suspeitas de insider trading e manipulação do mercado..

Contextualização

- De acordo com matéria da colunista Raquel Landim, da CNN Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva interveio para resolver o conflito entre o conselho e a diretoria da Petrobras, decidindo por adiar a distribuição de dividendos extraordinários da empresa.
- A decisão relativa ao destino dos recursos da Petrobras foi tomada em uma reunião no Palácio do Planalto, com a presença de Lula, ministros (Minas e Energia, Fazenda e Casa Civil) e representantes da estatal. Na ocasião, Jean Paul Prates defendeu distribuir 50% dos dividendos extraordinários, enquanto Pietro Mendes, indicado pelo ministro de Minas e Energia, preferiu a retenção, temendo impactos nos investimentos futuros da estatal.
- Lula decidiu por não distribuir os dividendos e provisionar os recursos no fundo de reserva da companhia, que pode ser utilizado para remunerar os acionistas ou cobrir possíveis prejuízos. A alternativa defendida pelo governo foi referendada na reunião do Conselho de Administração, com a abstenção do voto de Prates.
- Cabe mencionar que, em entrevista ao SBT News, Lula afirmou que o governo tem ascendência sobre a Petrobras e deveria destinar esses recursos para “mais pesquisa, mais navio, mais sonda”. Em outras palavras, o presidente indica que tem o interesse de direcionar os recursos dos acionistas para obras e investimentos listados no Novo PAC.
- Após o anúncio da decisão sobre a política de remuneração dos acionistas e com o temor de interferências políticas prejudiciais na gestão da estatal, a Petrobras perdeu mais de R\$ 55,3 bilhões de valor de mercado em um único dia, com uma queda de mais de 10% no valor de suas ações.



Análise



- Primeiramente, devemos assinalar a possível configuração do exercício abusivo de poder por parte do acionista controlador, a União.
- Embora a União tenha a maior parte do capital, é relevante salientar que o presidente da República não pode tomar decisões arbitrárias em uma sociedade de economia mista, em que há também acionistas privados protegidos pela legislação vigente. Em entrevista, Prates reconhece que a decisão de reter os dividendos partiu de Lula, configurando uma intervenção prejudicial do governo em decisões da Petrobras.
- A Lei N° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que regula as sociedades por ações, restringe as condutas do acionista majoritário, especialmente quando tais ações são consideradas abusivas ou prejudiciais aos acionistas minoritários ou aos interesses financeiros da empresa.

"Art. 115. O acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas.

[...]

§ 3º o acionista responde pelos danos causados pelo

exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido.

Art. 117. O acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder.

§ 1º São modalidades de exercício abusivo de poder:

a) orientar a companhia para fim estranho ao objeto social ou lesivo ao interesse nacional, ou levá-la a favorecer outra sociedade, brasileira ou estrangeira, em prejuízo da participação dos acionistas minoritários nos lucros ou no acervo da companhia, ou da economia nacional.

[...]

e) induzir, ou tentar induzir, administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia-geral".

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

- O disposto no dispositivo acima é ratificado pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, a Lei das Estatais. Não há dúvida de que um dos principais desafios da governança corporativa reside na criação de incentivos que motivem os acionistas controladores e administradores indicados a agirem em benefício da pluralidade de acionistas. Essa situação se torna ainda mais complexa quando o acionista majoritário é o governo.
- A Lei das Estatais, como instrumento de auto regulação estatal, estabelece que o governo também pode ser responsabilizado por comportamentos considerados abusivos, quando lesa o patrimônio de particulares.

"Art. 15. O acionista controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista responderá pelos atos praticados com abuso de poder, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º A ação de reparação poderá ser proposta pela sociedade, nos termos do art. 246 da Lei n. 6.404, de

15 de dezembro de 1976, pelo terceiro prejudicado ou pelos demais sócios, independentemente de autorização da assembleia-geral de acionistas".

Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

- Ressalta-se que o potencial deletério da decisão movida pelo governo se reflete inclusive na própria União, que é a principal beneficiária da política de dividendos da Petrobras.
- Notas sobre a reunião advertem que houve uma tentativa de Haddad e técnicos da Fazenda de dissuadir Lula, tendo em vista que a alternativa defendida pelo mandatário compromete o esforço para o cumprimento da meta de déficit fiscal zero em 2024. Segundo estimativa da Fazenda, o governo deixará de arrecadar R\$ 12 bilhões com a retenção de dividendos da Petrobras.
- O governo, por intermédio do presidente, expressou sua intenção de redirecionar os recursos destinados ao fundo atual, que possui limites relacionados à finalidade, para um novo fundo mais livre. Por sua vez, esse novo fundo teria como objetivo financiar compromissos da Petrobras listados no Novo PAC, conforme discutido em reunião envolvendo a Presidência da República, o Ministério da Fazenda e a direção da Petrobras.



- As interferências do governo para manipular decisões na Petrobras foram recebidas de modo bastante negativo pelo mercado. Conforme destacado pelo Goldman Sachs, houve um aumento do risco político na Petrobras após a decisão de não distribuir dividendos extraordinários e falta de clareza sobre o destino dos recursos contingenciados. Para o J.P. Morgan, o caso Petrobras pode ser definido como um "banho de água fria" para investidores locais e estrangeiros, desestimulando os investimentos no país.
- Outro aspecto a ser avaliado na situação em tela é o descumprimento do dever de lealdade do presidente da companhia. Com base nas informações publicadas, Prates tinha consciência do impacto negativo da medida sugerida pelo governo petista, argumentou contrariamente na reunião realizada no Palácio do Planalto, mas se absteve na votação do Conselho de Administração. Notadamente, optou por não se manifestar em situação que sabidamente prejudicaria a companhia.

"Art. 155. O administrador deve servir com lealdade à companhia e manter reserva sobre os seus negócios, sendo-lhe vedado:

[...]

II - omitir-se no exercício ou proteção de direitos da companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da companhia".

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.



- Por fim, acionistas minoritários e trabalhadores da Petrobras solicitaram que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) investigue movimentações atípicas que resultaram em flutuações nas ações da empresa na bolsa de valores em 28 de fevereiro. A denúncia levanta a suspeita de utilização de informações privilegiadas e possível manipulação do mercado.
- Em entrevista à Bloomberg, Prates indicou uma possível redução nos dividendos. Antes da publicação desta notícia, grandes quantidades de opções foram compradas, sugerindo o vazamentos de eventos corporativos para insiders. Os denunciantes solicitam que a CVM investigue e responsabilize os envolvidos caso irregularidades sejam identificadas.
- De forma geral, os anúncios realizados pelas companhias abertas seguem um rito formal, necessário para garantir a isonomia no fornecimento de informações. Aparentemente, tal rito não foi efetivado com sucesso no caso em questão.
- De acordo com o §4º do art. 155 da Lei nº 6.404/76, a prática de "insider trading" configura uma violação das normas regulatórias do mercado financeiro. Ela ocorre quando um agente que possui acesso a informações privilegiadas negocia valores mobiliários da empresa para si mesmo ou para terceiros, utilizando informações que ainda não foram divulgadas ao público.

"Art. 153. O administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios".

"Art. 155. O administrador deve servir com lealdade à companhia e manter reserva sobre os seus negócios, sendo-lhe vedado:

[...]

§ 4º É vedada a utilização de informação relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários".

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

- A Oposição, diante dos fatos supramencionados, tomou a iniciativa de enviar uma representação ao Tribunal de Contas da União (TCU), solicitando uma investigação detalhada dessas situações. O objetivo é garantir a transparência e a integridade nos processos da Petrobras, assegurando que os princípios éticos e legais sejam integralmente observados.

Mais um capítulo da sucessão na Vale

- José Luciano Duarte Penido renunciou ao cargo de conselheiro independente da Vale, denunciado em carta a manipulação no processo sucessório do CEO e a falta de compromisso com a governança corporativa.
- Penido e outro membro do conselho votaram contra a extensão do mandato do CEO Eduardo Bartolomeu até dezembro, buscando evitar a continuidade das interferências políticas na companhia. A decisão foi interpretada como uma vitória do Planalto, que obteve mais tempo para articular o apoio de um nome para a presidência da mineradora.

"O processo sucessório do CEO da Vale vem sendo conduzido de forma manipulada, não atende ao melhor interesse da empresa, e sofre evidente e nefasta influência política".

"Não acredito mais na honestidade de propósitos de acionistas relevantes da empresa no objetivo de elevar a governança corporativa da Vale a padrão internacional de Corporation. Neste contexto minha atuação como Conselheiro Independente se torna totalmente ineficaz, desagradável e frustrante."

José Luciano Duarte Penido, trechos da carta do ex-conselheiro da Vale.

3 TRABALHO

Pedidos de seguro-desemprego batem recorde no governo do PT

Apenas nos dois primeiros meses do ano, foram 1,2 milhão de requerimentos, maior número em nove anos; desempenho está ligado à queda na geração de empregos e à desaceleração da economia

O benefício de seguro-desemprego é pago ao trabalhador que é demitido sem justa causa. O desempregado pode receber de três a cinco parcelas com valores de R\$ 1.412,00 a R\$ 2.313,74, o que depende do tempo de trabalho com carteira assinada.

De acordo com o Painel de Informações do seguro-desemprego, do Ministério do Trabalho e Emprego, em janeiro e fevereiro de 2024 houve 1,2 milhão de requerimentos do benefício. Em relação ao mesmo período de 2023, a alta totaliza 8%, quando foram contabilizados 1,1 milhão.



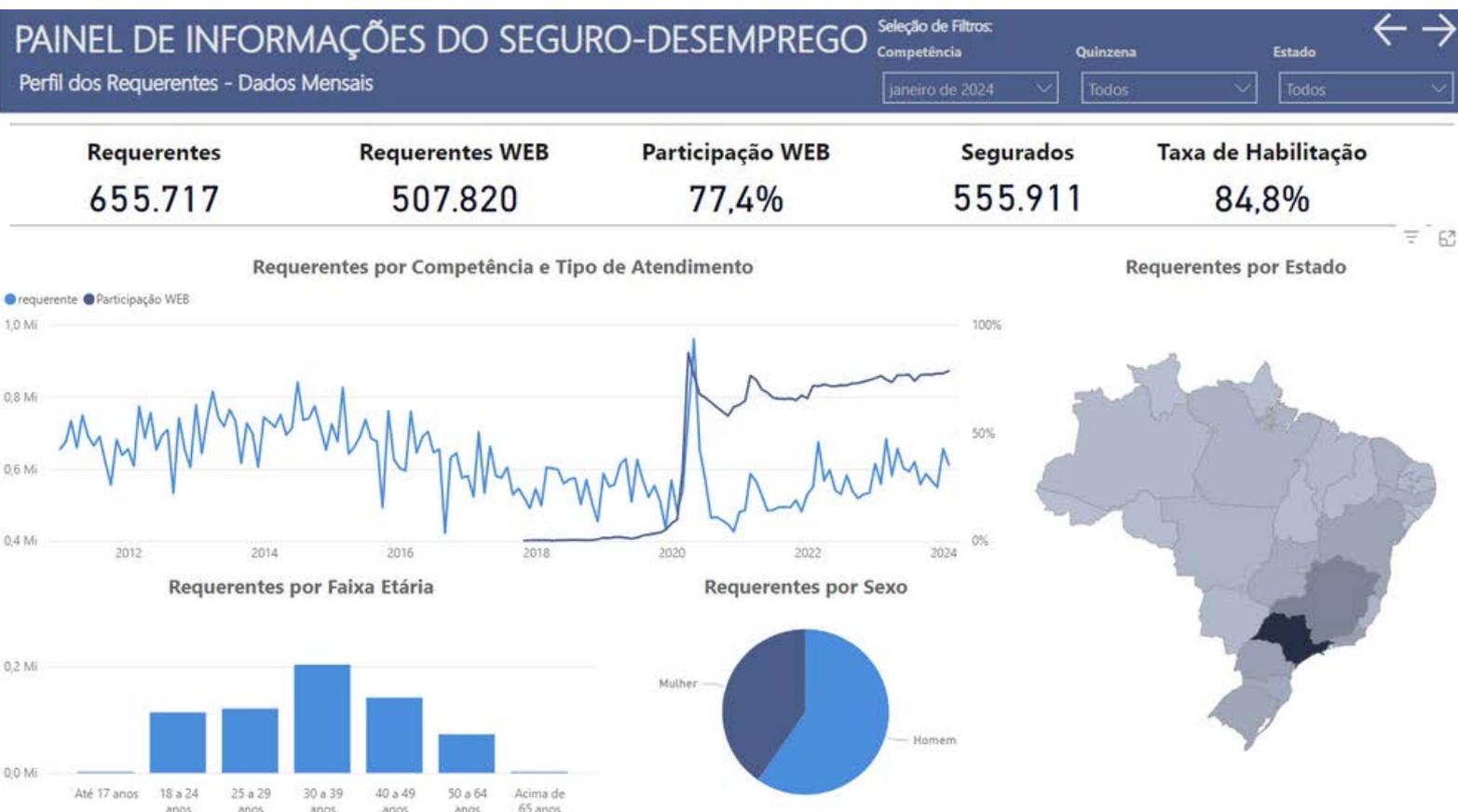
Os pedidos atingiram o maior patamar para o primeiro bimestre desde 2015. Em janeiro e fevereiro de 2023, foram gastos R\$ 6,1 bilhões de reais, enquanto que no primeiro bimestre de 2024 os gastos foram de R\$ 7,3 bilhões, um aumento de 19,6%.

Conseqüentemente, o aumento das solicitações de seguro-desemprego está diretamente relacionado à desaceleração na geração de empregos, juntamente com a desaceleração econômica no país.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, a economia brasileira gerou 1,48 milhão de empregos com carteira assinada em 2023, uma queda de 26,3% em relação ao ano anterior, quando haviam sido gerados mais de 2 milhões de postos de trabalho.

As estatísticas, divulgadas pelo ministério do trabalho, podem ser acompanhadas no link: <http://pdet.mte.gov.br/component/content/article?id=1776>.

Dados do painel de informações do seguro-desemprego, referência janeiro de 2024:

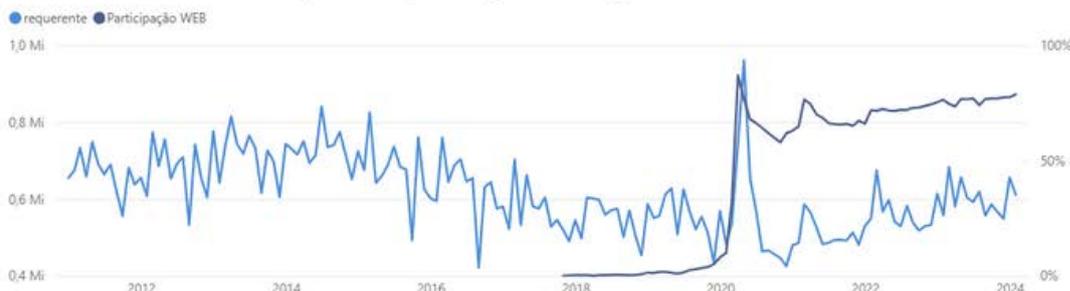


Dados do painel de informações do seguro-desemprego, referência fevereiro de 2024:

PAINEL DE INFORMAÇÕES DO SEGURO-DESEMPREGO Seleção de Filtros:
Perfil dos Requerentes - Dados Mensais
Competência: fevereiro de 2024 | Quinzena: Todos | Estado: Todos

Requerentes 611.112	Requerentes WEB 480.535	Participação WEB 78,6%	Segurados 502.627	Taxa de Habilitação 82,2%
--------------------------------------	--	---	------------------------------------	--

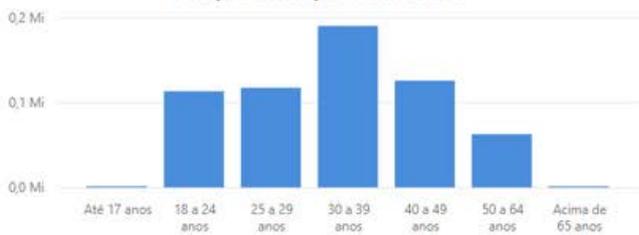
Requerentes por Competência e Tipo de Atendimento



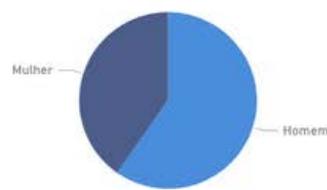
Requerentes por Estado



Requerentes por Faixa Etária



Requerentes por Sexo

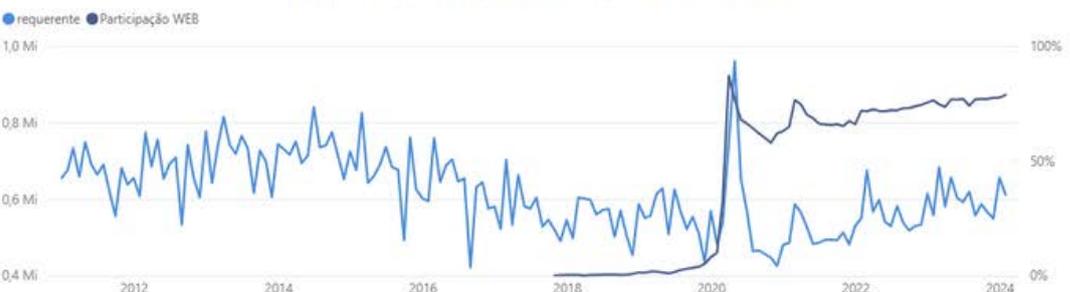


Dados do painel de informações do seguro-desemprego, referência janeiro de 2023:

PAINEL DE INFORMAÇÕES DO SEGURO-DESEMPREGO Seleção de Filtros:
Perfil dos Requerentes - Dados Mensais
Competência: janeiro de 2023 | Quinzena: Todos | Estado: Todos

Requerentes 614.084	Requerentes WEB 462.187	Participação WEB 75,3%	Segurados 533.553	Taxa de Habilitação 86,9%
--------------------------------------	--	---	------------------------------------	--

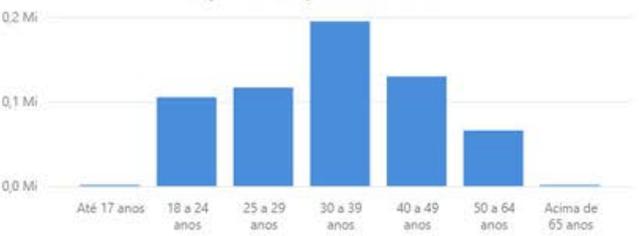
Requerentes por Competência e Tipo de Atendimento



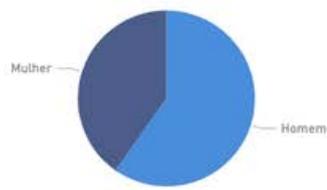
Requerentes por Estado



Requerentes por Faixa Etária



Requerentes por Sexo



Dados do painel de informações do seguro-desemprego, referência fevereiro de 2023:

PAINEL DE INFORMAÇÕES DO SEGURO-DESEMPREGO

Seleção de Filtros:

Competência

Quinzena

Estado

Perfil dos Requerentes - Dados Mensais

fevereiro de 2023

Todos

Todos

Requerentes
557.798

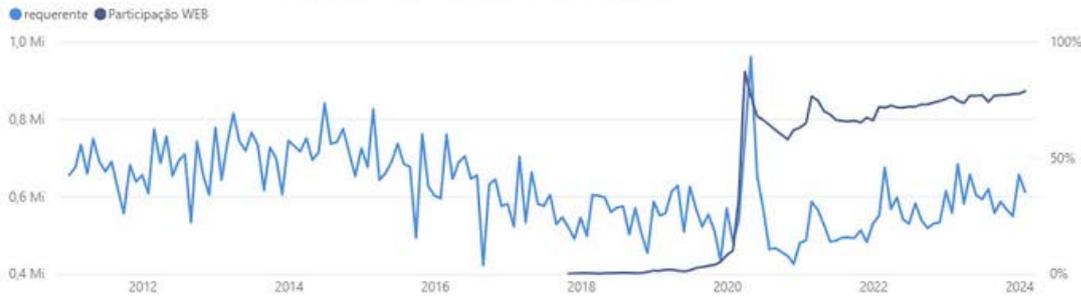
Requerentes WEB
425.656

Participação WEB
76,3%

Segurados
488.951

Taxa de Habilitação
87,7%

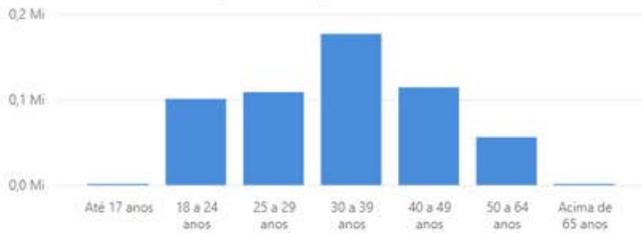
Requerentes por Competência e Tipo de Atendimento



Requerentes por Estado



Requerentes por Faixa Etária



Requerentes por Sexo

